

EDITAL Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2019
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARGO: TERCEIRO-SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA

Data e horário da prova: *domingo, 8/9/2019, às 9h30.*

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno da prova objetiva contendo 34 (trinta e quatro) questões, e cada questão será composta por 4 (quatro) itens; e
 - uma folha de respostas personalizada.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do caderno da prova objetiva e a codificação da folha de respostas estão corretas.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Afinal, amanhã é outro dia.

- Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas e o caderno da prova e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno da prova objetiva 2 (duas) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos após o início da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação da prova na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA PRIMEIRA FASE – MANHÃ

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada item e assinale sua resposta na folha de respostas.
- Cada item deverá ser julgado como CERTO ou ERRADO, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere.
- A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●



Tipo “C”

Língua Portuguesa
Itens de 1 a 10

Texto 1 para responder às questões 1 e 2.

Original datado de 1917, redigido conforme a grafia da época.

¹ A história das mulheres na carreira diplomática tem início em um momento conturbado da cena internacional, com reflexos diretos no Brasil, em geral, e no Ministério das ⁴ Relações Exteriores (MRE), em particular. O então chanceler era Nilo Peçanha, que devia haver-se, desde maio de 1917, com as sucessivas violações da soberania brasileira ⁷ pelo império alemão, e, a partir de 26 de outubro daquele ano, com as obrigações decorrentes do engajamento brasileiro no conflito internacional. Um dos problemas que ¹⁰ o chanceler teve de enfrentar foi a carência de pessoal na Secretaria de Estado; após 15 anos sem a realização de concurso público, era preciso dar início a certame para a ¹³ contratação de terceiro oficial da Secretaria de Estado.

Pelo Decreto nº 12.998, de 24 de abril de 1918, foram aprovadas as instruções que regeriam, doravante, os ¹⁶ concursos para terceiros oficiais da Secretaria de Estado, classe inicial para ingresso nos serviços do MRE. Segundo aquele texto, eram elegíveis os candidatos que provassem: ¹⁹ “ter de 18 a 35 annos de idade; ter bom procedimento; não soffrer molestia contagiosa; ter sido vaccinados”, entre outros. Deveriam ainda apresentar “caderneta de reservista, ²² e poderão ajuntar outros documentos, relativos ás suas habilitações e serviços”.

Dos nove requerimentos de inscrição, um deles, ²⁵ recebido no dia 28 de agosto de 1918, causou polêmica. Em documento sucinto, escrito de próprio punho em folha de papel almaço, Maria José de Castro Rebello Mendes dizia: ²⁸ “achando-se habilitada, requer V. Ex. se digne mandar inscrevel-a no concurso para o provimento do lugar de 3º official da Secretaria de Estado das Relações Exteriores”. O ³¹ requerimento trazia apenas certidão de nascimento, certidão de aptidão física assinada pelo médico Manuel Bernardino Costa e carta de recomendação do diretor da Câmara de ³⁴ Comércio do Rio de Janeiro, Cândido Mendes de Almeida, em que afirmava que a interessada “tem dado, neste estabelecimento de ensino, bellas provas de um talento ³⁷ digno de ser aproveitado no cargo a que aspira”. Em despacho no mesmo dia, manuscrito na folha do requerimento, Nilo Peçanha respondeu:

⁴⁰ *Ouvido o Sr. Dr. Consultor Jurídico, deferido, ficando autorizado o Sr. Dr. Secretario Geral a mandar fazer a respectiva inscripção. Não há, na Constituição da* ⁴³ *Republica, nenhum dispositivo que impeça ás mulheres o acesso aos cargos públicos. O Codigo Civil vigente também estabeleceu a mais completa igualdade entre o* ⁴⁶ *homem e a mulher, quanto ao gozo e exercicio dos direitos privados. Num dos seus artigos prevê que as mulheres possam ocupar funções de administração, quando estatue:* ⁴⁹ *“Considera-se sempre autorizada pelo marido a mulher que occupe cargo publico”. Não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia, onde tantos* ⁵² *atributos de discrição e competencia são exigidos – mas que não são privilegio do homem – e se a requerente está aparelhada para disputar um lugar nesta Secretaria de* ⁵⁵ *Estado, e só as provas do concurso hão de dizer – mas o que não posso é restringir ou negar o seu direito, toda vez* ⁵⁷ *que as leis existentes não restringem nem negam. Si nas*

⁵⁸ *monarchias “as mulheres podem ser imperatrizes e rainhas” não vejo porque nas republicas se lhes feche o* ⁶¹ *ingresso aos cargos administrativos.*

No final do despacho do chanceler, dando a impressão de ter sido adicionada posteriormente, já que não seguia a mesma organização espacial do restante e aproveitava o ⁶⁴ pouco espaço ainda existente entre o texto citado acima e a assinatura de Nilo Peçanha, figurava a sentença seguinte: “Melhor seria, certamente, para o seu prestígio que ⁶⁷ continuassem a direcção do lar, taes são os desenganos da vida publica, mas não há como recusar a sua aspiração, ⁶⁹ desde que disso careçam, e fiquem provadas suas aptidões”.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAG, 2018, p. 59-62. Disponível em: <<http://funag.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2019, com adaptações.

QUESTÃO 1

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Na linha 5, a omissão do pronome “se” junto da forma verbal “haver” promoveria incorreção e incoerência ao texto.
- 2 A substituição do ponto e vírgula empregado após “Estado” (linha 11) por vírgula manteria a correção do texto.
- 3 Na linha 37, é facultativo o emprego da preposição “a” em “no cargo a que aspira”.
- 4 A forma nominal “adicionada” (linha 62) concorda em gênero e número com o nome “sentença” (linha 65) a que se refere.

QUESTÃO 2

Com base nas ideias apresentadas no texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Nilo Peçanha deferiu o pedido de inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes no certame para a contratação de terceiro oficial da Secretaria de Estado, em razão da carência de pessoal por que vinha passando essa secretaria há mais de uma década.
- 2 Em seu despacho, o chanceler demonstra apoio irrestrito à inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes, dados os dispositivos legais vigentes à época a esse respeito.
- 3 As instruções aprovadas por meio do Decreto nº 12.998, de 24 de abril de 1918, para os concursos para terceiros oficiais da Secretaria de Estado vêm sendo aperfeiçoadas desde então, mas muitas das instruções então aprovadas permanecem válidas até os dias de hoje.
- 4 O requerimento de inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes, a despeito da polêmica causada, foi rapidamente deferido.

Espaço livre

Texto 2 para responder às questões 3 e 4.

O contexto de emergência do Brasil independente e da correlata ideia de uma nacionalidade brasileira, no decorrer do século 19, é recheado de polêmicas e debates públicos levados a cabo por intelectuais, gramáticos, filólogos, escritores, juristas, jornalistas e médicos. Tais debates retratam a maneira como as políticas linguísticas foram mobilizadas no percurso histórico de construção do Brasil e da brasilidade, revelando chaves epistemológicas de definição e enquadramento das línguas. Exemplificando, nesse contexto: reforça-se a diferenciação entre fala e escrita; intensificam-se os estudos lexicais e gramaticais; constroem-se narrativas sobre a história do português no Brasil; defende-se a documentação da língua em uso; debate-se o estatuto do português do Brasil – variedade, modalidade, dialeto ou língua; debate-se a designação da língua falada no Brasil; categorizam-se elementos linguísticos sob os rótulos de neologismos, estrangeirismos, brasileirismos, jargões; discute-se a possível origem crioula do português do Brasil; polemiza-se sobre a autenticidade da língua do Brasil; discute-se a língua literária brasileira; entre outros aspectos.

Trata-se, sobretudo, de um debate político em torno da língua. A criação da Academia Brasileira de Letras, evidentemente, não ficaria alheia a esse processo que inscreveu na língua questões relevantes para a formação de um imaginário brasileiro. Nesse contexto, a arte literária desempenhou um papel importante, seja na definição de um padrão escrito, seja na problematização dos limites linguísticos normativos.

Ressalta-se que os discursos em torno da questão da língua nacional fazem pouca ou nenhuma menção às influências das línguas africanas. A título de ilustração, João Ribeiro (1889) definiu o “elemento linguístico negro” como modificações feitas na linguagem brasileira em decorrência das influências das línguas africanas faladas pelos escravizados, defendendo que corresponderiam a modificações profundas, pois afetariam o sistema gramatical, especialmente no que tange ao “elemento popular”. Nessa época, João Ribeiro sinalizou para a escassa bibliografia sobre o tema, com exceção dos trabalhos de Macedo Soares. Décadas depois, Gilberto Freire (1961) identificou, em anúncios de jornais do século XIX, o uso de termos de origem africana que seriam mais próximos da “expressão nacional do que toda a nossa literatura do mesmo período”.

No contexto de construção de um imaginário nacional, podemos mencionar as políticas linguísticas modernistas e da Era Vargas, que estavam vinculadas a políticas culturais e educacionais, todas envolvidas com a criação dos sentidos de nacionalismo e brasilidade (Velloso, 1987). Esse período agrupou uma série de discursos sobre as línguas que mobilizavam uma chave interpretativa que girava em torno das ideias de miscigenação, cultura popular, oralidade e regionalismos (Severo, 2016). Em termos de cultura popular e línguas africanas, Mario de Andrade (1928), Câmara Cascudo (1944), Renato Mendonça (1923), Nina Rodrigues (1932) e Jacques Raymundo (1933), por exemplo, vincularam a sonoridade africana – seja pela tradição oral, seja pela herança musical – à formação de uma ideia de “cultura popular”. A oralidade se tornou um lugar central de inscrição de sentidos nacionalistas no período modernista e na Era Vargas, momento de difusão de uma cultura popular através do rádio. Data de 1937, por exemplo, a criação do I Congresso da Língua Nacional Cantada, organizado por Mario de Andrade quando coordenava o Departamento de Cultura de São Paulo. Tratou-se de uma política linguística explícita que buscou incidir sobre a

pronúncia, o ritmo e a prosódia aquilo que deveria ser definido como língua-padrão cantada e falada. Evidentemente, sabemos que as regulações nem sempre têm um papel efetivo na prática, o que se percebe na inexistência de outras políticas linguísticas explícitas e governamentais envolvendo as práticas orais brasileiras.

SEVERO, Cristine Gorski. Uma visão panorâmica das políticas linguísticas no Brasil: construindo diálogos. *Revista Brasileira*. Fase IX, janeiro-fevereiro-março 2018, ano 1 n. 94. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2019, com adaptações.

QUESTÃO 3

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Caso as orações coordenadas que aparecem entre as linhas 9 e 19 do texto (“reforça-se... brasileira”) fossem escritas em ordem sujeito-verbo, da forma sugerida a seguir, a correção e a coerência do texto seriam mantidas: **a diferenciação entre fala e escrita é reforçada; os estudos lexicais e gramaticais são intensificados; narrativas sobre a história do português no Brasil são construídas; a documentação da língua em uso é defendida; o estatuto do português do Brasil – variedade, modalidade, dialeto ou língua – é debatido; a designação da língua falada no Brasil é debatida; elementos linguísticos são categorizados sob os rótulos de neologismos, estrangeirismos, brasileirismos, jargões; a possível origem crioula do português do Brasil é discutida; a autenticidade da língua do Brasil é polemizada; a língua literária brasileira é discutida.**
- 2 A substituição de “Trata-se” (linha 20) por **Esse fato trata-se** manteria a correção e a coerência do texto.
- 3 Os termos “às”, em “às influências” (linhas 29 e 30) e “a”, em “a modificações” (linhas 34) introduzem complementos indiretos (respectivamente, nominal e verbal) e são intercambiáveis no texto, sendo correto, portanto, o emprego de **a influências e às modificações**.
- 4 A palavra “chave” (linha 49) foi empregada em sentido conotativo.

QUESTÃO 4

Com base nas ideias do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As polêmicas e os debates acerca da língua portuguesa no decorrer do século 19 constituem-se em um debate político em torno da língua.
- 2 O texto critica a ausência de destaque, nas políticas linguísticas brasileiras, às influências das línguas africanas sobre a língua portuguesa.
- 3 Ao definir o “elemento linguístico negro”, João Ribeiro, em 1889, foi um precursor do debate acerca do papel das línguas africanas na formação do português do Brasil, revolucionando as ideias até então existentes a respeito do tema.
- 4 Para alguns estudiosos, a sonoridade africana está relacionada à ideia de cultura popular no Brasil.

Texto 3 para responder às questões 5 e 6.

A explosão de “Alegria, alegria”

Alegria, Alegria, de Caetano Veloso, parece-me assumir, neste momento, uma importância semelhante a Desafinado, como expressão de uma tomada de posição crítica em face dos rumos da música popular brasileira. Ao fazer a defesa do “comportamento antimusical” do “desafinado”, Newton Mendonça & Tom Jobim (via João Gilberto) puseram naquela composição a teoria & prática do movimento: o desabafo sentimental do “desafinado” (muito bem afinado, por sinal) era, bem compreendido, um manifesto contra os preconceitos da harmonia clássica que bloqueavam a receptividade da suposta interlocutora (ou do próprio público, àquela altura), impedindo-os de aceitar como “afinadas”, isto é, como familiares ou “musicais”, as harmonias dissonantes da Bossa Nova. A explosão de Alegria, Alegria soa como um novo desabafo-manifesto, mais do que necessário, ante a crise de insegurança que, gerando outros preconceitos, tomou conta da música popular brasileira e ameaçou interromper a sua marcha evolutiva. Crise que se aguçou nos últimos tempos, com a sintomatologia do temor e do ressentimento, ante o fenômeno musical dos Beatles, sua projeção internacional e sua repercussão local na música da Jovem Guarda.

Recusando-se à falsa alternativa de optar pela “guerra santa” ao iê-iê-iê ou pelo comportamento de avestruz (fingir ignorar ou desprezar o aparecimento de músicos, compositores e intérpretes, por vezes de grande sensibilidade, quando não verdadeiramente inovadores, como os Beatles, na faixa da “música jovem”), Caetano Veloso e Gilberto Gil, com Alegria, Alegria e Domingo no Parque, se propuseram, oswaldianamente, a “deglutir” o que há de novo nesses movimentos de massa e de juventude e incorporar as conquistas da moderna música popular ao seu próprio campo de pesquisa, sem, por isso, abdicar dos pressupostos formais de suas composições, que se assentam, com nitidez, em raízes musicais nordestinas. Pode-se dizer que Alegria, Alegria e Domingo no Parque representam duas faces complementares de uma mesma atitude, de um mesmo movimento no sentido de livrar a música nacional do “sistema fechado” de preconceitos supostamente “nacionalistas”, mas na verdade apenas solipsistas e isolacionistas, e dar-lhe, outra vez, como nos tempos áureos da Bossa Nova, condições de liberdade para a pesquisa e a experimentação, essenciais, mesmo nas manifestações artísticas de largo consumo, como é a música popular, para evitar a estagnação.

A letra de Alegria, Alegria traz o imprevisto da realidade urbana, múltipla e fragmentária, captada, isomorficamente, através de uma linguagem nova, também fragmentária, em que predominam substantivos-estilhaços da “implosão informativa” moderna: crimes, espaçonaves, guerrilhas, cardinais, caras de presidentes, beijos, dentes, pernas, bandeiras, bomba ou Brigitte Bardot. É o mundo das “bancas de revista”, o mundo de “tanta notícia”, isto é, o mundo da comunicação rápida, do “mosaico informativo”, de que fala Marshall McLuhan. Nesse sentido, pode-se afirmar que Alegria, Alegria descreve o caminho inverso de A Banda. Das duas marchas, esta mergulha no passado na busca evocativa da “pureza” das bandinhas e dos coretos da infância. Alegria, Alegria, ao contrário, se encharca de presente, se envolve diretamente no dia a dia da comunicação moderna, urbana, do Brasil e do mundo.

Da mesma forma que a excelente letra de Gilberto Gil para Domingo no Parque, a de Caetano Veloso tem características cinematográficas. Mas, como observou Décio Pignatari, enquanto a letra de Gil lembra as montagens eisensteinianas, com seus closes e suas “fusões” (“O sorvete é morango – é vermelho / oi girando e a rosa – é vermelha / oi girando, girando – é vermelha / oi girando, girando – Olha a faca / Olha o sangue na mão – é José / Juliana no chão – é José / Outro corpo caído – é José / Seu amigo João – é José”), a de Caetano Veloso é uma “letra-câmara-namão”, mais ao modo informal e aberto de um Godard, colhendo a realidade casual “por entre fotos e nomes”.

Os adversários do “som universal” de Caetano e Gil têm colocado mal o problema da inovação nestas composições. Não se trata meramente de adicionar guitarras elétricas à música popular brasileira, como um adorno exterior. A posição de Caetano e Gil os aproxima muito das manifestações artísticas da vanguarda brasileira. E especialmente das postulações da Poesia Concreta, intimamente relacionada, de resto, com a música de vanguarda de São Paulo, que tem em Rogério Duprat, Damiano Cozzella, Willy Corrêa de Oliveira e Gilberto Mendes os seus mais dotados compositores. No manifesto publicado por Décio Pignatari, em 1956 (Nova Poesia: Concreta), já estava sob o signo antropofágico de Oswald de Andrade.

A música-manifesto de Caetano Veloso manda a sua mensagem. No estágio de desenvolvimento de nossa música, a discriminação proposta pelos “nacionalistas” só nos poderá fazer retornar à condição de fornecedores de “matéria-prima musical” (ritmos exóticos) para os países estrangeiros. Foi a Bossa Nova que pôs fim a esse estado de coisas, fazendo com que o Brasil passasse a exportar, pela primeira vez, produtos acabados de sua indústria criativa, e a ter respeitados, como verdadeiros mestres, compositores como Jobim e intérpretes como João Gilberto.

É preciso acabar com essa mentalidade derrotista, segundo a qual um país subdesenvolvido só pode produzir arte subdesenvolvida. A produção artística brasileira (que não exclui, num país de camadas sociais tão diversificadas, o elemento regional, autêntico, e não mimetizado por autores citadino-sebastianistas) já adquiriu maturidade, a partir de 1922, e universalidade, desde 1956. Não tem que temer coisa alguma. Pode e deve caminhar livremente. E para tanto não se lhe há de negar nenhum dos recursos da tecnologia moderna dos países mais desenvolvidos: instrumentos elétricos, montagens, arranjos, novas sonoridades. Não creio que seja preciso, por ora, quebrar o violão, que o de João Gilberto ainda é o lema e o leme de toda a nossa música. Mas que se quebrem umas tantas tradições e tabus é o de menos. “Larga-me, deixa-me gritar”, já dizia o velho anúncio, redescoberto e transformado em happening por Décio Pignatari, Damiano Cozzella, Rogério Duprat e Sandino Hohagen. Deixemos a nossa música andar. Sem peias e sem preconceitos. Sem lenço e sem documento.

CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2008, com adaptações.

Espaço livre

QUESTÃO 5

Considerando os aspectos linguísticos e semânticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A palavra “como” (linha 64) exprime uma relação de conformidade em “Mas, como observou Décio Pignatari” (linhas 64 e 65), da mesma forma que em “como um adorno exterior” (linhas 77 e 78).
- 2 Nas linhas 40 e 41, “solipsistas” e “isolacionistas” aproximam-se semanticamente ao se referirem a preconceitos que aparentam ser expressão do nacionalismo, mas caracterizam-se, de acordo com o autor, por serem expressões solitárias e isoladas.
- 3 Em “No estágio de desenvolvimento de nossa música, a discriminação proposta pelos “nacionalistas” só nos poderá fazer retornar à condição de fornecedores de “matéria-prima musical” (ritmos exóticos) para os países estrangeiros.” (linhas de 89 a 93), o acento indicativo de crase poderia ser suprimido, mantendo-se a correção gramatical e as principais informações do texto se acrescentássemos o pronome possessivo nossa antes do substantivo “condição”.
- 4 Da leitura do texto infere-se que, no título, o emprego da palavra “explosão” e a alusão a “Alegria, Alegria” são ilustrativos e revelam apenas o sucesso da canção à época, pois a discussão do texto refere-se à música de Caetano e de João Gilberto, e não à cultura brasileira em geral.

QUESTÃO 6

Considerando os aspectos linguísticos e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Augusto de Campos, ao tratar de tema acerca da música popular brasileira, insere essa categoria artística em ambiência cultural ampla, utilizando-se, para tanto, de elementos textuais que compõem a linguagem literária, tais como a conotação e a subjetividade, em defesa do próprio ponto de vista.
- 2 O autor, por meio dos recursos da citação e da intertextualidade, utiliza-se de referências à cultura brasileira e à estrangeira como estratégia de argumentação ao defender a ideia de que a produção artística brasileira é autônoma e não sofre influências externas consistentes desde a Semana de Arte Moderna, quando adquiriu maturidade estética e, sobretudo, mais tarde, quando adquiriu universalidade com o Concretismo.
- 3 O emprego recorrente de parênteses no texto de Augusto de Campos reforça a presença predominante da função fática da linguagem, pois o autor interrompe a discussão acerca da canção de Caetano Veloso para, com informalidade própria dos textos literários, conversar com mais proximidade com o leitor.
- 4 Os termos “oswaldianamente” (linha 30), “deglutir” (linha 30) e “incorporar as conquistas” (linha 32), são alusivos ao Manifesto Antropofágico e ao Movimento Verde-Amarelo, cujas ideias de assimilação de diversas culturas sem construções mimetizadas percorrem todo o texto de Augusto de Campos.

QUESTÃO 7

1 Para fins deste Acordo, aplicar-se-ão as seguintes definições:

[...]

- 4 14. “Áreas Restritas” – áreas dentro da jurisdição territorial da República Federativa do Brasil, designadas conjuntamente pelas Partes, às quais o Governo da
- 7 República Federativa do Brasil somente permitirá acesso a pessoas autorizadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, a fim de assegurar que, de maneira ininterrupta,
- 10 possam monitorar, inspecionar, acessar e controlar o acesso a Veículos de Lançamento dos Estados Unidos da América, Espaçonaves dos Estados Unidos da América,
- 13 Equipamentos Afins e (ou) Dados Técnicos, para fins de realizar Atividades de Lançamento.
15. “Áreas Controladas” – áreas dentro da jurisdição
- 16 territorial da República Federativa do Brasil, designadas pelo Governo da República Federativa do Brasil, nas quais o Governo da República Federativa do Brasil permitirá acesso
- 19 apenas a pessoas autorizadas pelo Governo da República Federativa do Brasil, pelo Governo dos Estados Unidos da América ou por governos de outros países envolvidos em
- 22 Atividades de Lançamento, e onde o Governo da República Federativa do Brasil assegurará que pessoas autorizadas pelo Governo dos Estados Unidos da América possam, de
- 25 maneira ininterrupta, monitorar, inspecionar, acessar, acompanhar e controlar o acesso a Veículos de Lançamento dos Estados Unidos da América, Espaçonaves dos Estados
- 28 Unidos da América, Equipamentos Afins e (ou) Dados
- 29 Técnicos, para fins de realizar Atividades de Lançamento.

Artigo II do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, firmado em Washington em 18/3/2019. Disponível em: <aeb.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2019, com adaptações.

No que se refere aos aspectos linguísticos e textuais, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As “Áreas Controladas” terão maior dificuldade de acesso que as meras “Áreas Restritas”.
- 2 Na linha 10, a forma verbal “possam” refere-se às “Partes”.
- 3 Do texto, infere-se que o acesso permitido pelo Governo da República Federativa do Brasil a pessoas autorizadas pelo Governo da República Federativa do Brasil, pelo Governo dos Estados Unidos da América ou por governos de outros países envolvidos em Atividades de Lançamento não necessariamente implica autorização para monitorar, inspecionar, acessar, acompanhar e controlar o acesso a Veículos de Lançamento e Espaçonaves dos Estados Unidos da América, Equipamentos Afins e (ou) Dados Técnicos, para fins de realizar Atividades de Lançamento.
- 4 De conformidade com o disposto no texto, um governo estrangeiro envolvido em Atividades de Lançamento, não norte-americano, pode autorizar técnico de qualquer nacionalidade a ingressar na “Área Controlada”, dentro da jurisdição territorial do Brasil.

Espaço livre

Texto 4 para responder às questões 8 e 9.

A distinção Multicultural/ Multiculturalismo

Pode ser útil fazer aqui uma distinção entre o “multicultural” e o “multiculturalismo”. Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”. Em contrapartida, o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. “Multicultural”, entretanto, é, por definição, plural. Existem muitos tipos de sociedade multicultural, como, por exemplo, os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a França, a Malásia, o Sri Lanka, a Nova Zelândia, a Indonésia, a África do Sul e a Nigéria. Esses são, de forma bastante distinta, “multiculturais”. Entretanto, todos possuem uma característica em comum. São, por definição, culturalmente heterogêneos. Eles se distinguem, neste sentido, do Estado-nação “moderno”, constitucional liberal, do Ocidente, que se afirma sobre o pressuposto (geralmente tácito) da homogeneidade cultural organizada em torno de valores universais, seculares e individualistas (Goldeberg, 1994).

Ambos os termos são hoje interdependentes, de tal forma que é praticamente impossível separá-los. Contudo, o “multiculturalismo” apresenta algumas dificuldades específicas. Denomina “uma variedade de articulações, ideais e práticas sociais”. O problema é que o -ismo tende a converter o “multiculturalismo” em uma doutrina política, “reduzindo-o a uma singularidade formal e fixando-o em uma condição petrificada [...] Assim convertida [...] a heterogeneidade característica das condições multiculturais é reduzida a uma doutrina fácil e prosaica” (Caws, 1994). Na verdade, o “multiculturalismo” não é uma única doutrina, não caracteriza uma estratégia política e não representa um estado de coisas já alcançado. Não é uma forma disfarçada de endossar algum estado ideal ou utópico. Descreve uma série de processos e estratégias políticas sempre inacabados. Assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há “multiculturalismos” bastante diversos. O multiculturalismo conservador segue Hume (Goldeberg, 1994) ao insistir na assimilação da diferença às tradições e aos costumes da maioria. O multiculturalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária, com base em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado. O multiculturalismo pluralista, por sua vez, avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal. O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca

“administrar” as diferenças culturais da minoria, visando aos interesses do centro. O multiculturalismo crítico ou “revolucionário” enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (McLaren, 1997). Procura ser “insurgente, polivocal, heteroglossa e antifundacional” (Goldeberg, 1994). E assim por diante.

Pode um conceito que significa tantas coisas diferentes e que tão efetivamente acirra os ânimos de inimigos tão diversos e contraditórios realmente ter algo a dizer? Por outro lado, sua condição contestada não constitui precisamente seu valor? Afinal: “o signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais instrumento racional e vivo para a sociedade.” (Volochinov/ Bakhtin, 1973). Por bem ou por mal, estamos inevitavelmente implicados em suas práticas, que caracterizam e definem as “sociedades da modernidade tardia”.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013, com adaptações.

QUESTÃO 8

No que se refere aos aspectos linguísticos e semânticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Nas linhas 14 e 15 em “‘Multicultural’, entretanto, é, por definição, plural”, a conjunção “entretanto” apresenta a ideia de plural para o multicultural, opondo-se à de singular para o multiculturalismo. Assim, pode ser substituída por **conquanto**, mantendo-se o sentido e a correção gramatical do texto.
- 2 Dados os sentidos do texto, é correto afirmar que os sujeitos elípticos das formas verbais “Descreve” (linha 3) e “Refere-se” (linha 9) têm referentes distintos.
- 3 Em “O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca ‘administrar’ as diferenças culturais da minoria, visando aos interesses do centro.” (linhas de 60 a 63), a preposição que compõe a combinação “ao” poderia ser suprimida, mantendo-se a correção gramatical e as principais informações do texto, tendo em vista a variação, no português do Brasil, da transitividade do verbo visar com a acepção ter em vista, ter como fim ou objetivo.
- 4 Em “É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais.” (linhas de 11 a 14), a palavra “que” exerce a mesma função sintática que os termos “distintas sociedades multiculturais” e “‘multiculturalismos’ bastante diversos” em “Assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há ‘multiculturalismos’ bastante diversos.” (linhas de 42 a 44)

Espaço livre

QUESTÃO 9

Considerando os aspectos linguísticos e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Stuart Hall, utilizando-se da metalinguagem, conceitua os termos “multicultural” e “multiculturalismo”, além de explicar possível sentido no emprego do sufixo ismo, por meio do recurso da citação.
- 2 Os adjetivos “original” (linha 8), “moderno” (linha 22) e “revolucionário” (linha 64) são empregados, no texto, em sentido conotativo e, por isso, a opção do autor por colocá-los entre aspas.
- 3 De acordo com o autor, as sociedades multiculturais têm uma homogeneidade cultural subentendida, o que, embora subentendido, construiu-se com base em valores universais. Isso se refere ao “Estado-nação ‘moderno’, constitucional liberal, do Ocidente” (linhas 22 e 23).
- 4 Como estratégia argumentativa, Stuart Hall questiona, ao final, a relevância da própria discussão apresentada no texto, desenvolvida a partir do conceito do adjetivo “multicultural” (linha 2), costumeiramente empregado no plural, e do substantivo “multiculturalismo” (linha 2), singular por natureza, ao apresentar-lhes como diferentes e, ao mesmo tempo, interdependentes.

QUESTÃO 10

1 O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Diverjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre o senhor solte em minha frente uma ideia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém! [...]

A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. [...]

Consegui o pensar direito: penso como um rio tanto anda: que as árvores das beiradas mal nem vejo... Quem me entende? O que eu queira. Os fatos passados obedecem à gente; os em vir, também. Só o poder do presente é que é furiável? Não. Esse obedece igual e é o que é. [...]

O senhor não pode estabelecer em sua ideia a minha tristeza quinhoã. Até os pássaros, consoante os lugares, vão sendo muito diferentes. Ou são os tempos, travessia da gente?

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976, p. 15, 51-52, 260 e 304, com adaptações.

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 No primeiro excerto, o narrador revela-se “forro” (linha 2) e desconfiado de tudo e de todos, perplexo diante de novas ideias e pensamentos.
- 2 No segundo excerto, o narrador mostra-se confuso e contraditório, oscilando entre certeza e incerteza, conhecimento e assombro, realidade e imaginação.
- 3 O sentido do adjetivo “furiável” (linha 19) remete a uma natureza ordenada, determinada; por conseguinte, o presente também se submete à lógica da obediência.
- 4 O adjetivo “quinhoã” (linha 21) refere-se ao quinhão de tristeza que cabe ao narrador.

Política Internacional
Itens de 11 a 22

QUESTÃO 11

O multilateralismo consolidou-se no cenário internacional pós-Segunda Guerra Mundial, favorecendo o desenvolvimento de normas e instituições que contribuem para a solução pacífica de controvérsias e a gestão relativamente concertada dos processos políticos globais. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O conceito de responsabilidade de proteger (R2P) surgiu como resposta aos desafios encontrados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para evitar catástrofes humanitárias como as que ocorreram nos Bálcãs e em Ruanda. Sob seus auspícios, a comunidade internacional possui o dever de ingerência em conflitos nos quais se observem crimes de guerra, genocídio e tráfico de seres humanos.
- 2 O Tribunal Penal Internacional tem competência para investigar e, face a evidências, julgar indivíduos acusados de crimes considerados graves pela comunidade internacional, tais como crimes de guerra e crimes de agressão.
- 3 A tortura, o extermínio e a deportação forçada de uma população estão entre os atos considerados pelo Estatuto de Roma como um “crime contra a humanidade”, quando cometidos no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil.
- 4 O Brasil propôs à ONU o conceito de responsabilidade ao proteger, que permite ampliar o espectro das intervenções internacionais autorizadas pela Assembleia Geral da ONU e estende aos crimes contra a humanidade a possibilidade de atuação amparada no conceito de R2P.

QUESTÃO 12

A respeito das relações entre o Brasil e a África, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Entre os países da África, a República Democrática do Congo é o que gerou o maior fluxo de refugiados para o Brasil nessa década.
- 2 O Brasil detém representação diplomática em quase todos os países africanos que pertencem à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com exceção de São Tomé e Príncipe.
- 3 Após o encerramento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), o maior contingente de tropas brasileiras empregadas em missões de paz está na África, particularmente em três países: República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Sudão.
- 4 Nos últimos 10 anos (2009 a 2018), a balança comercial do Brasil com a África foi deficitária em seis anos e superavitária em quatro anos. Nesse período, as exportações brasileiras para o continente foram compostas majoritariamente por produtos semimanufaturados e manufaturados, enquanto as importações brasileiras da África, em sua grande maioria, foram compostas por produtos básicos (sobretudo, óleos brutos de petróleo).

QUESTÃO 13

O Brasil possui uma extensa agenda internacional e construiu uma sólida inserção internacional que lhe facilita o relacionamento diplomático com quase todos os países do mundo. Acerca da participação brasileira na agenda internacional, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia inclui três pilares: diálogo político, cooperação e livre comércio. O acordo comercial é composto por capítulos e anexos relativos a um conjunto de temas, entre os quais figuram: facilitação de comércio e cooperação aduaneira; integração regional; subsídios; e pequenas e médias empresas.
- 2 Não obstante seu caráter inicial de fórum de diálogo, que rapidamente evoluiu no sentido de se transformar em um mecanismo de cooperação em áreas com potencial de gerar resultados concretos para os países-membros, o BRICS já logrou criar duas instituições: o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que prioriza destinar recursos ao financiamento de projetos de infraestrutura, e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR).
- 3 Criado no final dos anos de 1990 com o objetivo de promover o diálogo político e a cooperação entre os países-membros, o Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) transformou-se em importantes arranjos regionais de liberalização comercial, entre os quais sobressaem a Aliança do Pacífico e a parceria estratégica CELAC-ASEAN.
- 4 O Brasil integra a Agência para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, responsável por aplicar o Tratado de Tlatelolco nos territórios dos países-membros e nos mares adjacentes, os quais também são considerados, nos termos do tratado e de seus respectivos protocolos adicionais, livres de armas nucleares.

QUESTÃO 14

As relações diplomáticas entre Brasil e Rússia foram estabelecidas em 1828, culminando em diversos acordos bilaterais ao longo dos anos. Em 2002, as relações entre os dois países foram alçadas ao patamar de parceria estratégica. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Os anos de 1917 e 1947 foram marcantes nas relações políticas entre Rússia e Brasil, pois ambos significaram o rompimento temporário das relações políticas e diplomáticas.
- 2 Brasil e Rússia possuem vínculos políticos, mas há um cenário relativamente fraco, sem planos bilaterais e sem relevância no âmbito externo.
- 3 No cenário comercial, a Argentina é o principal parceiro da Rússia na América Latina.
- 4 A Coordenação dos BRICS tem como mecanismo principal a esfera da governança econômico-financeira e não da governança política.

QUESTÃO 15

Com relação à dimensão de segurança na política exterior do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Criada com o objetivo de administrar e aplicar o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), cuja finalidade é verificar que os materiais nucleares, em todas as atividades nucleares dos dois países, não sejam desviados para produzir armas nucleares, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) era parte da estratégia brasileira de adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).
- 2 Para bem se desincumbir de suas responsabilidades de assessoramento ao presidente da República no que tange à interface da política exterior com os assuntos de defesa e segurança, o Ministério das Relações Exteriores possui em sua estrutura, no âmbito da Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, um Departamento de Segurança e Justiça e um Departamento de Defesa. Além disso, o ministro de Estado das Relações Exteriores é membro nato do Conselho de Defesa Nacional.
- 3 A elevação do Brasil à condição de “aliado prioritário extra-OTAN” vincula o País ao arcabouço de segurança coletiva da Aliança, mas não lhe atribui a responsabilidade de participar das ações de defesa coletiva, sob a égide do art. 5º do Tratado do Atlântico Norte.
- 4 O Brasil, tendo contribuído ativamente para a criação da Comissão de Consolidação da Paz (CCP), favorece o fortalecimento dos vínculos da CCP com outros órgãos da ONU, de modo a facilitar o tratamento das causas profundas dos conflitos e o enfrentamento dos desafios vividos pelos países recém-egressos desses cenários.

QUESTÃO 16

A Ásia está na pauta da política externa brasileira desde o final do século 19. O Brasil adotou diferentes estratégias de negociação com os países asiáticos e foi incorporando-os à agenda diplomática de forma gradativa e com resultados distintos. A esse respeito, em que pesem as relações comerciais entre Brasil e Ásia, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As relações entre o Brasil e a China foram oficialmente instituídas por meio do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1881 e, dois anos mais tarde, o governo brasileiro estabeleceu um consulado em Xangai.
- 2 Em 1992, durante a visita do primeiro-ministro da Índia Narasimha Rao ao Brasil, os dois países assinaram o primeiro acordo comercial, o qual incluía cooperação científica e tecnológica, sobretudo destinada aos setores farmacêutico e espacial.
- 3 A balança comercial do Brasil com a Coreia do Norte tem sido deficitária nos últimos anos, marcada pela importação de produtos manufaturados, como planos de ferro ou aço, bombas, compressores, ventiladores etc. e suas partes, entre outros.
- 4 O Brasil alcançou importantes *superávits* comerciais com o Japão na década atual, não obstante as exportações brasileiras para o país sejam majoritariamente compostas por produtos básicos – com destaque para minérios de ferro, carne de frango e milho em grãos.

QUESTÃO 17

O relacionamento com os países da América do Sul representa importante dimensão da política externa brasileira, retratada em iniciativas de natureza política e econômica. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A despeito da importância historicamente atribuída ao relacionamento com os países do entorno sul-americano, as iniciativas diplomáticas brasileiras, anteriores à primeira reunião de presidentes da América do Sul e voltadas para essa região, foram limitadas no próprio alcance geográfico ou quanto às respectivas agendas, não expressando, por conseguinte, abordagem genuinamente regional e abrangente à dimensão sul-americana da política externa brasileira.
- 2 O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é tributário dos esforços de integração protagonizados por Brasil e Argentina a partir de 1985, mas representou resposta às tendências liberalizantes que se conformavam com os diferentes espaços regionais e no âmbito do sistema multilateral de comércio.
- 3 Tendo alcançado o estágio de união aduaneira ao final de 1994, a agenda da integração no MERCOSUL voltou-se, prioritariamente e a partir de então, para o estabelecimento de um mercado comum, tal como previsto no Tratado de Assunção, centrando-se em temas como a convergência macroeconômica, a integração produtiva e a liberalização dos fluxos de capital e de mão de obra.
- 4 A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em dezembro de 2008, sucedeu a Comunidade Sul-Americana de Nações e ampliou o escopo da integração sul-americana ao acolher, em própria agenda e arcabouço institucional, iniciativas anteriores de alcance regional nos campos da integração da infraestrutura e da liberalização comercial.

QUESTÃO 18

A propósito do sistema interamericano e de coalizões internacionais de que o Brasil participa ou com os quais se relaciona, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Brasil desenvolve atividades regulares no âmbito dos quatro pilares de atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA), a saber, democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento integral.
- 2 Finda a Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) deu início a uma série de conferências a respeito de temas de interesse global, tais como meio ambiente, gênero e direitos humanos. A década de 1990 marcou-se, pois, pela tentativa da ONU de contribuir para consolidar um conjunto de instituições e normas destinado a promover a governança global e, assim, reduzir a possibilidade de conflitos em um mundo marcado pela interdependência.
- 3 A cooperação triangular é um tipo de cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global, que envolve três atores distintos nessas sociedades: um governo, que coordena e dirige os trabalhos; uma organização internacional, que fornece a assistência técnica em um tópico específico; e um agente do setor privado ou do terceiro setor, que colabora no financiamento e (ou) no desenvolvimento dos trabalhos.

- 4 Entre os órgãos que integram a estrutura da OEA, figura o Comitê Interamericano contra o Terrorismo, entre cujas funções estão o apoio aos países-membros para desenvolver sua capacidade de defesa cibernética, de proteção de seus domínios marítimos e de combate à proliferação de armas de destruição em massa, no marco da Resolução 1.540 do Conselho de Segurança da Nações Unidas.

QUESTÃO 19

Em 2005, o atual presidente da Rússia, Vladimir Putin, declarou que a maior tragédia geopolítica do século 20 foi o colapso da União Soviética. Desde que chegou ao poder no início da década passada, Putin tem implementado uma política externa assertiva, com a finalidade de recuperar o prestígio e a influência russas no sistema internacional. Essa política ora buscou uma aproximação com países ocidentais, ora promoveu a contenção destes, acarretando implicações políticas, econômicas etc. também para o Brasil. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Logo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, Vladimir Putin apoiou a invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos, pois considerou que a contenção do radicalismo islâmico do Talibã afegão resultaria na diminuição desse mesmo problema na Ásia Central, região estratégica para a Rússia.
- 2 A invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003 provocou o rompimento das relações diplomáticas entre Washington e Moscou, bem como ensejou a formação do eixo Paris-Berlim-Moscou, uma coalizão de países contrários tanto a essa invasão quanto ao unilateralismo estadunidense.
- 3 Desde as iniciativas conjuntas de Rússia e Turquia para mediar o conflito sírio, há maior cooperação entre os dois países, inclusive na área militar. Moscou já iniciou a entrega de mísseis S-300 para Ancara, e ambos negociam a possibilidade de cooperar na produção e no desenvolvimento de aviões de combate Sukhoi.
- 4 O Brasil mantém relações diplomáticas com a Rússia desde o século 19, as quais foram rompidas apenas uma vez: durante a Guerra Fria, entre 1947 e 1961. Nem sempre essas relações convergiram, por exemplo, no âmbito dos BRICS, sendo que o Brasil tem se posicionado de modo contrário às propostas russas de maior regulamentação e controle do fluxo de informações na internet.

Espaço livre

QUESTÃO 20

A União Europeia (UE) está passando por uma conjuntura crítica. Se, até alguns anos atrás, o bloco era considerado como o modelo mais exitoso de integração regional, na medida em que os países europeus superaram rivalidades históricas em benefício de um projeto supranacional comum, atualmente, vários desafios colocam em xeque a continuidade desse projeto, a exemplo do Brexit. Os desdobramentos da integração europeia afetarão as relações entre a União Europeia (UE) e o Brasil, sobretudo após a conclusão do Acordo de Associação MERCOSUL-UE. Com base nessas informações, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Conselho da União Europeia, instituído pelo Tratado de Roma, de 1957, é um dos principais órgãos decisórios da UE. Esse órgão é composto pelos chefes de Estado e de governo de todos os países do bloco – atualmente sob a presidência de Donald Tusk – e é responsável, entre outras atribuições, pela celebração de acordos da UE com outros países e com organizações internacionais.
- 2 O Tratado de Lisboa, em seu art. 50, não dispôs acerca da possibilidade de um país-membro retirar-se da UE sem a realização de um acordo de saída com o bloco e estabeleceu o prazo de dois anos após a notificação de saída – prazo esse passível de prorrogação, para que a retirada seja, de fato, consumada.
- 3 O início das negociações do recém-concluído Acordo de Associação MERCOSUL-UE teve início em 1999, na reunião entre chanceleres dos países de ambos os blocos, realizada no Rio de Janeiro. No âmbito desse acordo, o Brasil poderá exportar produtos com total isenção tarifária nos próximos anos, como o café torrado e solúvel, o suco de laranja e a carne bovina.
- 4 Um dos marcos importantes da cooperação entre Brasil e Europa foi a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação em 1992, por meio do qual as partes se comprometeram a reforçar a cooperação econômica, comercial, industrial, científica, tecnológica e em outras áreas. Além disso, há uma constante preocupação com a proteção e a melhoria do meio ambiente nesse acordo.

QUESTÃO 21

No que se refere à política externa dos Estados Unidos da América (EUA) e aos respectivos desdobramentos regionais, bem como ao relacionamento daquele país com o Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O apoio à maior e mais eficiente articulação de atores e recursos públicos a projetos de conservação da biodiversidade e a projetos de capacitação técnica e profissional para jovens empreendedores representa, no presente, o eixo orientador da cooperação ao desenvolvimento prestada pelos Estados Unidos da América (EUA) ao Brasil.
- 2 A retomada, em 2015, do acordo bilateral de cooperação em matéria de defesa, rompido unilateralmente pelo Brasil em 1975, abriu caminho para a intensificação da cooperação militar em temas como pesquisa, desenvolvimento, suporte logístico, segurança tecnológica, operações de paz e aquisição de produtos e serviços de defesa.

- 3 Os EUA comparecem historicamente entre os três principais parceiros comerciais do Brasil, e a pauta comercial dessa relação é marcada pela diversidade e complementaridade, sendo os contenciosos comerciais entre ambos dirimidos em instância constituída no plano bilateral.
- 4 Por ser objeto de consenso bipartidário domesticamente, sobretudo relativamente à promoção da democracia, dos direitos humanos, do livre comércio e dos investimentos, a alta prioridade outorgada pelos EUA às relações com os países do continente americano ostenta um padrão de regularidade frente a injunções políticas internas ou externas.

QUESTÃO 22

Considerando a trajetória da política externa argentina da década de 1980 ao presente, bem como as relações com o Brasil e as perspectivas daquele país em relação ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Na presidência de Raul Alfonsín, foram lançadas as bases de uma integração profunda com o Brasil, que teve, como principal marco jurídico, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, formado em 1988, que estabeleceu, como objetivo maior, a formação de um mercado comum no prazo de até 10 anos. Esse objetivo foi posteriormente revisto, por proposta do governo argentino, na Ata de Buenos Aires de junho de 1990, a qual estabeleceu a constituição de uma área de livre comércio entre ambos os países no prazo de quatro anos, dando origem ao MERCOSUL.
- 2 Sob a presidência de Carlos Saul Menem (1989-1999), a política externa argentina privilegiou as relações com os Estados Unidos, o que, contudo, não representou obstáculo para o aprofundamento do relacionamento com o Brasil, cuja política externa, no mesmo contexto, priorizava o fortalecimento do multilateralismo e a integração regional como pilares da respectiva estratégia de inserção internacional.
- 3 As relações da Argentina com o Brasil, durante a presidência de Nestor Kirchner, foram marcadas pela convergência quanto ao pretendido revigoramento do MERCOSUL, pelo decidido apoio ao projeto brasileiro de organizar o espaço político sul-americano por meio da Comunidade Sul-Americana de Nações e pela atuação conjunta na construção de parcerias com os demais países emergentes.
- 4 A aproximação com os países da Aliança do Pacífico, a ênfase no liberalismo comercial e o interesse em concluir as negociações visando à instauração de uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia configuram temas marcantes da política externa argentina sob a gestão de Mauricio Macri.

Espaço livre

QUESTÃO 23

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresenta, no ano de 2019, uma população total de aproximadamente 210 milhões de habitantes. Esse número expressivo revela questões importantes a respeito da distribuição da população pelo território nacional, bem como das implicações para a configuração intraurbana das cidades brasileiras, já que cerca de 84% da população vive em espaços urbanos.

Com base nessa informação, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As questões relacionadas à mobilidade urbana têm afetado, de forma negativa, a gestão e a capacidade competitiva das metrópoles brasileiras. A distância significativa entre bairros residenciais e as áreas centrais, concentradoras da oferta de postos de trabalho, tem gerado perdas de tempo e de recursos que afetam grande parte da população nessas metrópoles.
- 2 O fator metropolitano ganha expressão na política pública brasileira na década de 1970, com a criação das primeiras regiões metropolitanas no ano de 1973. A partir da Constituição Federal de 1988, a criação das regiões metropolitanas passou do âmbito federal para a competência dos estados.
- 3 Metrópole pode ser definida conceitualmente como espaços urbanos complexos e de grande extensão territorial e demográfica, acima de um milhão de habitantes e com diversos municípios de diferentes tipologias, tamanhos e níveis de integração, o que define o caráter metropolitano dessas aglomerações.
- 4 As metrópoles brasileiras, em geral, têm apresentado um quadro de esvaziamento demográfico e desconcentração produtiva, perdendo população para novos centros dinâmicos: as cidades médias, que têm crescido em ritmo acelerado, recebendo infraestruturas produtivas e fluxos migratórios provenientes das regiões metropolitanas.

QUESTÃO 24

O terreno em que vivemos sempre nos moldou. Ele moldou as guerras, o poder, a política e o desenvolvimento social dos povos que habitam hoje todas as partes da Terra. A tecnologia talvez pareça superar as distâncias entre nós no espaço mental e físico, mas é fácil esquecer que o terreno em que vivemos, trabalhamos e criamos nossos filhos é importantíssimo, e que as escolhas dos que dirigem os sete bilhões de habitantes deste planeta serão sempre moldadas, em alguma medida, por rios, montanhas, desertos, lagos e mares que nos restringem – e sempre o fizeram.

[...] Em termos gerais, a geopolítica examina as maneiras pelas quais os assuntos internacionais podem ser compreendidos por meio de fatores geográficos; não somente a paisagem física – as barreiras naturais ou conexões de redes fluviais, por exemplo –, mas também clima, dados demográficos, regiões culturais e acesso a recursos naturais. Fatores como esses podem ter um importante impacto sobre aspectos diferenciados de nossa civilização, de estratégia

política e militar a desenvolvimento social humano, incluindo língua, comércio e religião.

As realidades físicas que sustentam a política nacional e internacional são desconsideradas, com demasiada frequência, tanto quando se escreve a respeito de história quanto na cobertura contemporânea da mídia acerca dos assuntos mundiais. A geografia é claramente uma parte do “por quê”, bem como de “o quê”. Ela pode não ser o fator determinante, mas, com certeza, é o mais subestimado.

MARSHALL, Tim. *Prisioneiros da Geografia*: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2018, p. 12-13, com adaptações.

Com base nas relações entre a geografia e a política, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A atual fronteira sinoindiana é exemplo da falta de predominância de elementos naturais que dificultam o avanço de grandes colunas militares pelo território, tendo em conta que a rede hidrográfica que separa os dois países tem como sentido predominante o noroeste-sudeste. No entanto, o peso demográfico, aliado ao poderio nuclear desenvolvido por ambos os países a partir da segunda metade do século passado, desestimulou conflitos armados de grande escala entre a China e a Índia ao longo dos séculos 20 e 21, apesar de disputas fronteiriças recorrentes no sul e sudeste da Ásia.
- 2 A Rússia, o maior país do mundo, é aproximadamente duas vezes maior que os Estados Unidos da América (EUA) ou a China e cinco vezes maior que a Índia. Estendendo-se por cerca de 170° de longitude, possui ampla fronteira terrestre com países europeus e asiáticos, bem como fronteiras marítimas com o Japão e os EUA. A profundidade territorial russa, que dificultaria ataques de potências marítimas, aliada à existência de recursos naturais e energéticos e de um relevo predominantemente plano, inspiraram Harlford Mackinder a formular a teoria da Área Pivô.
- 3 Os EUA consolidaram a respectiva massa territorial ao longo do século 19 e desenvolveram, durante o século seguinte, um poderio naval bioceânico, apoiado em bases navais e militares em ilhas do Atlântico e do Pacífico. O desenvolvimento de uma “marinha de águas azuis” estadunidense, inspirada pela teoria do poder marítimo de Mahan, teve como meta impedir eventuais invasões, sobretudo pela costa do Pacífico, região relativamente carente de barreiras físicas de porte, que pudessem servir de obstáculo natural ao acesso às áreas produtoras de alimentos do meio-oeste e aos grandes centros urbanos-industriais do leste.
- 4 As fronteiras modernas da China, com base em uma coerência geográfica – relevo e hidrografia –, garantem ao país pressupostos defensivos e comerciais eficazes. A Iniciativa Belt and Road, por sua vez, é uma estratégia para estabelecer fluxos de abastecimento energético inter e intracontinentais eficientes, com o objetivo de contornar os entraves físicos (estreitos, ilhas, entre outros) à navegação marítima chinesa, uma vez que a política de defesa do país privilegia o poderio territorial em detrimento de investimentos para o desenvolvimento de uma força naval capaz de atuar em águas internacionais.

QUESTÃO 28

A radical transformação ocorrida no padrão demográfico constitui uma das mais importantes modificações estruturais verificadas na sociedade brasileira, com reduções na taxa de crescimento populacional e alterações na estrutura etária, o que implicou no crescimento mais lento do número de crianças e adolescentes, paralelamente ao aumento da população em idade ativa e da população idosa.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. *Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

Considerando o texto apresentado, com relação à estrutura e à dinâmica da população brasileira, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 A fase atual de transição demográfica, também chamada de novo padrão demográfico brasileiro, é o resultado de intensas mudanças na dinâmica populacional – sobretudo no padrão reprodutivo da mulher brasileira, mais especificamente nos baixos níveis de fecundidade, o que deve ser visto como um fenômeno que ultrapassa o campo de interesse apenas demográfico e tem impactos econômicos e nas políticas públicas. Nesse sentido, nas últimas décadas, o que vem sendo observado é um gradual decréscimo da taxa de crescimento da população brasileira.
- 2 As grandes transformações no padrão demográfico brasileiro começaram a ocorrer a partir da década de 1920, quando se nota um acelerado declínio dos níveis gerais de mortalidade, não acompanhado por um concomitante declínio da natalidade. Cabe mencionar, entre as causas que levaram à rápida redução da mortalidade, o impulso dado ao sistema de saúde pública, à previdência social, à infraestrutura urbana e à regulamentação do trabalho nas principais regiões do País a partir daquela década, bem como os avanços da indústria farmoquímica.
- 3 Ao final dos anos de 1960, e principalmente durante a década de 1970, as transformações em curso na sociedade brasileira levaram a importantes alterações no comportamento reprodutivo. Entre essas transformações na sociedade, destacam-se: os fortes deslocamentos migratórios do campo para a cidade, levando à intensificação e à diversificação da urbanização; os avanços do processo de assalariamento da economia, com o engajamento crescente da mulher no mercado de trabalho urbano; e a disseminação de um modelo econômico voltado para o consumo de bens duráveis, em íntima associação com a generalização das relações de mercado e a elevação dos custos de reprodução familiar e social.
- 4 Até o final da década de 1970, a estrutura etária da população brasileira era sobretudo jovem. A tendência de estreitamento da base da pirâmide etária nas próximas décadas sugere que a participação do grupo de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade, que se manteve estável no total da população entre 1940 e 1970, iniciou, a partir de então, um processo de declínio. Tal queda se contrapõe ao incremento observado, não só nos grupos de idades adultas, mas também no grupo de idosos de 60 anos de idade ou mais, cujas participações vêm crescendo, no transcorrer dos últimos anos, apenas em termos absolutos.

Direito e Direito Internacional Público
Itens de 29 a 34

QUESTÃO 29

O Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) encontra-se em uma crise sem precedentes. Em razão da não nomeação de novos membros para o Órgão de Apelação desde 2017, esse órgão contará com apenas um integrante ao final de 2019 e não terá como julgar novas apelações trazidas pelos membros da organização.

A respeito da solução de controvérsias no âmbito da OMC, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Os membros da OMC só podem solucionar as respectivas controvérsias comerciais por meio da adjudicação de disputas por painéis e pelo Órgão de Apelação.
- 2 O multilateralismo é uma característica do sistema de solução de controvérsias e está presente, por exemplo, no monitoramento da implementação das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias.
- 3 Contrariamente ao que existia no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), o sistema de solução de controvérsias da OMC é um sistema único e integrado, que se aplica a todos os acordos da organização. Apesar desse fato, há regras e procedimentos especiais ou adicionais sobre a solução de controvérsias existentes em certos acordos da OMC, que são destinados a lidar com as particularidades da solução de controvérsias relacionadas às obrigações desses acordos.
- 4 Atores não governamentais não participam da solução de controvérsias na OMC, pois não podem ser parte nas disputas.

QUESTÃO 30

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) é o principal órgão judicial das Nações Unidas. No tocante ao acesso à CIJ, à sua jurisdição e aos procedimentos perante a Corte, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Somente Estados soberanos têm acesso à CIJ. Estados que não são membros das Nações Unidas não podem ser partes no Estatuto da CIJ e, portanto, ter acesso à Corte.
- 2 O fato de dois Estados terem declarado que reconhecem como obrigatória, *ipso facto* e sem acordo especial, a jurisdição da Corte significa que qualquer disputa entre eles será apreciada pelo tribunal.
- 3 Se uma das partes deixar de comparecer perante a Corte ou de apresentar a própria defesa, a outra parte poderá solicitar à Corte que decida a favor de sua pretensão. Essa regra não se confunde com o princípio elaborado no caso “Monetary Gold Removed from Rome in 1943”, com base no qual a Corte já declinou de exercer a respectiva jurisdição.
- 4 A sentença da Corte é definitiva e inapelável. Não obstante, pode ser objeto de revisão e interpretação.

Espaço livre

QUESTÃO 31

Considerando as competências dos Poderes de Estado e a estrutura da Administração Pública, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Na esfera de competência do Congresso Nacional, insere-se aprovar previamente a decretação, pelo chefe do Executivo, de intervenção federal em qualquer unidade da Federação.
- 2 A Constituição estabelece a exigência de regime jurídico único para os servidores da administração direta, autárquica e fundacional, tanto na esfera da União quanto na dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 3 A regra da responsabilidade civil objetiva do Estado aplica-se aos órgãos da administração direta e às pessoas de direito público que prestam serviços públicos, mas não a pessoas jurídicas de direito privado.
- 4 Ao Supremo Tribunal Federal compete processar e julgar, originariamente, os chefes de missão diplomática de caráter permanente, tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.

QUESTÃO 32

No que tange à relação do Brasil com as organizações internacionais, bem como aos procedimentos de negociação e internalização de convenções e tratados internacionais, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Brasil, assim como os demais membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT), está comprometido em submeter, dentro do prazo de um ano (ou em até 18 meses, em razão de circunstâncias excepcionais), ao Congresso Nacional brasileiro as Convenções da OIT a partir do encerramento da sessão da conferência geral internacional do trabalho na qual determinada convenção foi negociada, independentemente de o Poder Executivo ter-se posicionado contra nas discussões internacionais.
- 2 De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, é de competência privativa do presidente da República assinar tratados e convenções internacionais, sendo possível, nesse momento, o oferecimento de reservas ao conteúdo do tratado quando por ele previsto.
- 3 O Brasil ratificou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, a qual estabelece, como medida para prevenir, combater e erradicar o terrorismo, que os Estados-membros devem incluir, nos próprios regimes jurídicos internos, medidas de detecção e vigilância de movimentos transfronteiriços de dinheiro em efetivo.
- 4 O Pacto de San José da Costa Rica, aderido pelo Brasil e reconhecido no respectivo ordenamento como norma de caráter suprallegal por decisão do Supremo Tribunal Federal, prevê, no próprio texto original, direitos humanos de primeira e segunda gerações.

Espaço livre

QUESTÃO 33

Segundo o entendimento do Direito Internacional do Mar e da jurisprudência do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), tribunal este onde exerceu a jurisdição internacional o professor e juiz brasileiro Vicente Marotta Rangel, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Quando surgir uma controvérsia entre Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar relativamente à interpretação ou à aplicação da referida convenção, as Partes na controvérsia devem proceder, sem demora, a uma troca de opiniões, tendo em vista solucioná-la por meio de negociação ou de outros meios pacíficos.
- 2 Um Estado, ao assinar ou ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ou a ela aderir, ou em qualquer momento ulterior, pode escolher livremente, por meio de declaração escrita, um ou mais meios para a solução das controvérsias relativas à interpretação ou à aplicação da referida convenção, entre os quais, a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Internacional do Direito do Mar, um tribunal arbitral constituído em conformidade com o Anexo VII da referida convenção e o Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio.
- 3 O Tribunal Internacional do Direito do Mar, além de ter jurisdição sobre qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, também tem jurisdição sobre qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação de um acordo internacional relacionado aos objetivos da referida convenção, que lhe seja submetida em conformidade com esse acordo.
- 4 Conforme a jurisprudência assentada do Tribunal Internacional do Direito do Mar, em especial nos Casos M/V "SAIGA" (nº 2) (Saint Vincent and the Grenadines v. Guinéa) e "Juno Trader" (Saint Vincent and the Grenadines v. Guinéa-Bissau) e no "Enrica Lexie" Incident (Italy v. Índia), considerações de humanidade devem ser aplicadas no Direito do Mar, assim como são em outras áreas do Direito Internacional.

QUESTÃO 34

Considerando a atual sistemática e o entendimento da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e do Direito Internacional Privado no Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Os governos estrangeiros não podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.
- 2 Os governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação.
- 3 A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que estiver domiciliado o defunto ou o desaparecido, quaisquer que sejam a natureza e a situação dos bens.
- 4 A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.

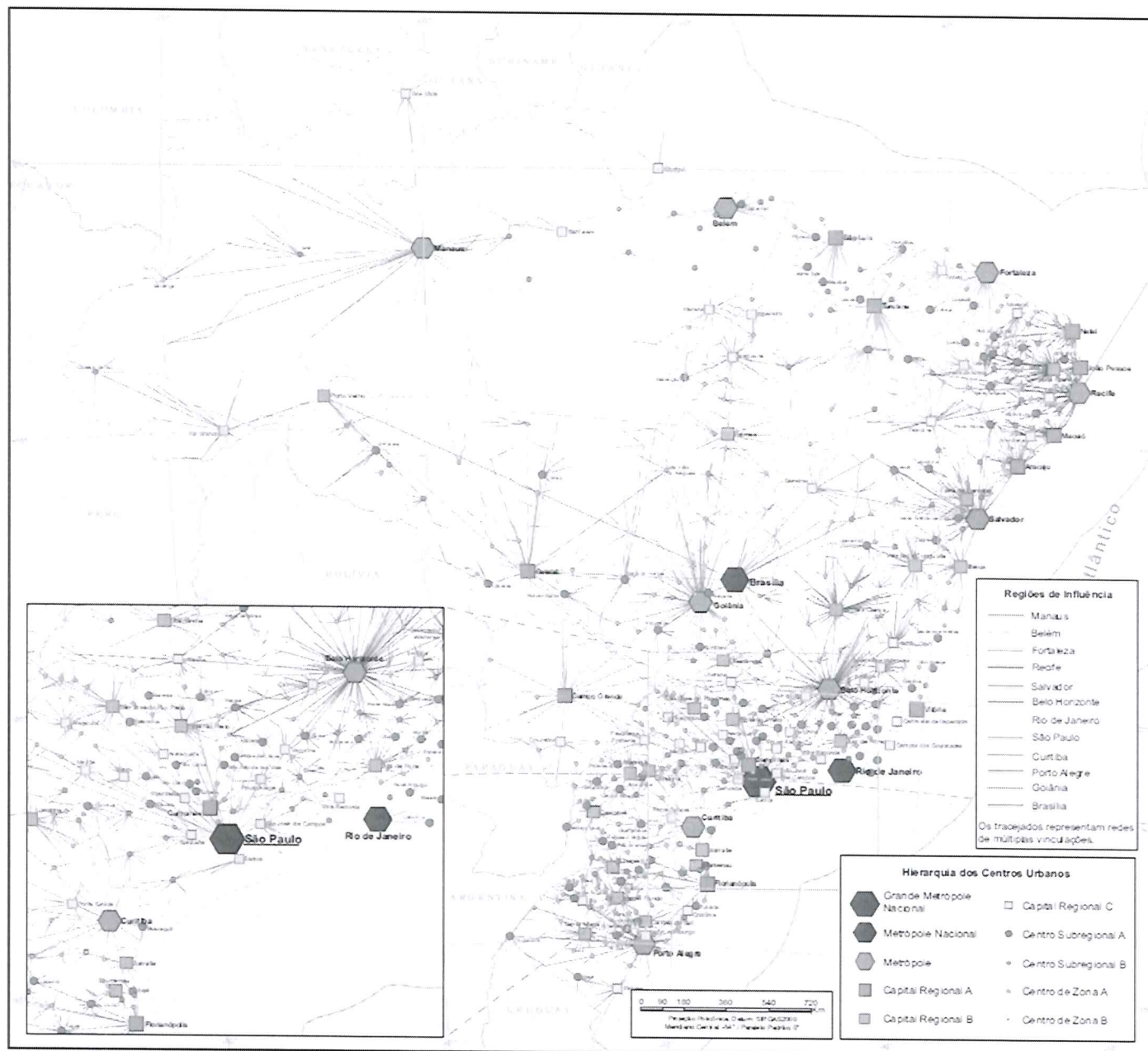


Figura ampliada da questão 25.

